SERVENTUÁRIO DE JUSTIÇA — PERMUTA

— *A permuta de cargos entre serventuários de justiça é uma das modalidades de provimento, deferida à livre apreciação da autoridade a quem incumbe nomear.*

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PROCESSO P. R. N.º 16.086-55

Presidência da República. Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

No processo referente a pedidos de permuta formulados por Carlos Frederico Jouvin e José de Oliveira Machado, ocupantes, respectivamente dos cargos de Oficial da 2.^a Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais e Escrição da 3.^a Vara da Fazenda Pública, Cartório do 1.^o Ofício, da Justiça do D.F., o Senhor Presidente da República exarou o seguinte despacho:

DESPACHO

“Indefiro a permuta requerida. De acôrdo com o parecer n.º 34-X do Sr.

Consultor Geral da República, por mim aprovado, a permuta de cargos entre serventuários da Justiça é uma das modalidades de provimento, deferida à apreciação da autoridade a quem incumbe prover os referidos cargos.

Permitindo-a, o art. 321 do Código de Organização Judiciária estabelece uma *faculdade*, a ser exercitada livremente, tendo em vista as circunstâncias de cada caso e o pronunciamento do Desembargador Corregedor, previsto no art. 323 do mesmo Código como elemento *informativo* da deliberação.

Ocorre, na hipótese que um dos cargos a ser permutado está a vagar, em

virtude de aposentadoria do titular respectivo.

Admitir-se a permuta nesses casos de aposentadoria iminente, como praxe administrativa, seria criar o precedente de atribuir ao serventuário o direito de es-

colher êle próprio o seu sucessor no Ofício, reduzindo o ato de provimento, prerrogativa inalienável consignada no art. 87, n.º V, da Constituição federal, à mera homologação de acôrdo entre interessados. Em 13 de junho de 1955”.